

## Futuro comercial de Mato Grosso está na Ásia, alerta ex-ministro

Rodolfo Perdigão/Secom-MT



A União Europeia tem avançado com um projeto de resolução que veda importação de produtos vindos de desmatamento a partir de dezembro de 2020. Essa legislação é vista como uma medida protecionista dos europeus contra agricultores de países mais competitivos, como o Brasil. Diante disso, o ex-ministro da Defesa, Aldo Rebelo, defende que o Brasil trate a União Europeia diplomaticamente, mas também demonstre que a legislação ambiental brasileira é uma das mais restritivas do mundo. Aldo aponta ainda que o mercado consumidor e produtor da Europa está cada vez mais em declínio e, por isso, as preocupações brasileiras devem se voltar para outra direção: a Ásia

PÁG. 8

### Bolsonarista de MT que plantou bomba em aeroporto é condenado

Reprodução



A Justiça do Distrito Federal condenou, em primeira instância, o mato-grossense Alan Diego Rodrigues dos Santos, pela tentativa de explodir uma bomba no aeroporto de Brasília durante a véspera de Natal. A decisão foi proferida pelo juiz Osvaldo Tovani, da 8ª Vara Criminal do Distrito Federal. Alan atuou junto com o empresário paraense George Washington de Oliveira Sousa, o au-

tor intelectual do plano terrorista, que também foi condenado na mesma sentença. George foi flagrado com um arsenal de armas e explosivos, por isso sua pena é maior. Alan e George são apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e elaboraram o plano terrorista na tentativa de provocar caos em Brasília e forçar uma intervenção das Forças Armadas

PÁG. 6

### Pivetta quer disputar o governo em 2026

Com as discussões sobre as eleições de 2024 agitando os bastidores da política, a base do governador Mauro Mendes (União) já começa a debater sobre candidaturas para o comando do Palácio Paiaguás em 2026. Nos bastidores, comenta-se que o senador Wellington Fagundes (PL) estaria de olho nessa possibilidade. No entanto, o vice-governador Otaviano Pivetta (Republicanos) também tem demonstrado interesse e já avisou que 'está na fila'

PÁG. 4

### TCE encontra falhas em escolas de MT

O governo de Mato Grosso e nove prefeituras devem apresentar, em 45 dias, um plano de providências para melhoria na infraestrutura de 45 escolas, após o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) deflagrar a Operação Educação. O órgão visitou 32 escolas municipais e 13 estaduais, que apresentaram uma série de falhas estruturais relacionadas à segurança, acessibilidade, alimentação e outros.

PÁG. 6

### Bancada do União na AL quer lançar Botelho em Cuiabá

Gilberto Leite

O deputado estadual Dilmar Dal Bosco (União) afirmou que a bancada estadual do União Brasil quer que o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, seja escolhido para encabeçar a chapa do partido na disputa pela Prefeitura de Cuiabá em 2024. Por isso, eles cobram a definição de regras claras para a escolha do candidato do grupo. Atualmente, Botelho enfrenta uma disputa interna com o deputado federal Fábio Garcia, que também almeja disputar a Prefeitura. Esse impasse deve respingar na permanência dos quatro deputados estaduais no União

PÁG. 5



### MT Par se firma como indutora do desenvolvimento de Mato Grosso

A empresa MT Par se consolidou como uma das grandes indutoras de investimentos do Governo de Mato Grosso após comprar o controle acionário da Concessionária

Rota do Oeste, para dar fim à novela da rodovia federal 163. A empresa, agora, está nos holofotes da mídia nacional por sua participação em uma solução considerada 'dis-

ruptiva'. Além da rodovia federal, a empresa toca grandes projetos, como é o Parque Novo Mato Grosso, com mais de 300 hectares. Além disso, a empresa também tem o

projeto de construir cerca de 40 mil casas populares, sendo que o governo federal também deverá aportar cerca de R\$ 7 bilhões

PÁG. 7

## EDITORIAL

## A dor invisível

A fome avança cada vez mais rápido no Brasil e hoje atinge um patamar comparável à década de 1990, consolidando três décadas de retrocesso no combate a esse flagelo. Conforme os dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19, cerca de 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer no Brasil, quase o dobro do que foi constatado pela primeira edição da pesquisa. De um ano para o outro, mais de 14 mi-

lhões de pessoas passaram a viver sem ter o que comer.

Atualmente, mais de 15% da população brasileira enfrenta a fome. Já o percentual de pessoas que convive com a insegurança alimentar saltou para 58,7%, o que representa 125,2 milhões de brasileiros com alguma dificuldade para conseguir manter sua alimentação. A crise econômica causada pela pandemia de covid-19 é responsável pelo avanço da fome no Brasil, mas não é a única explicação.

É importante destacar que a pesquisa ainda não captou os impactos da guerra na Ucrânia, que levou os preços dos alimentos às alturas em todo o mundo.

A dor da fome que aflige esses milhões de brasileiros não é resultado apenas da pandemia de covid-19 ou guerra ucraniana. É resultado da política econômica brasileira, que ignora a parcela mais pobre da população e desmanchou a maioria dos programas sociais que ajudavam a combater a fome.

Diante da inflação descontrolada, a solução de Bolsonaro para aliviar a fome no Brasil

foi pedir que o setor alimentício reduza seus lucros. Mais um esforço para empurrar para outras pessoas o resultado do fracasso de sua gestão. Aliás é a segunda vez que faz isso. Em 2020, Bolsonaro também foi pedir aos supermercados que lucrassem menos, devido ao aumento dos preços dos alimentos no primeiro ano da pandemia.

Desde 2017 têm soado alertas de que o aumento da desigualdade social, atrelado ao crescimento do desemprego e os cortes em programas sociais iriam resultar em um avanço significativo da fome e da miséria no Brasil. A pan-



demia apenas acelerou essa crise que já era gestada no seio da economia brasileira. O governo brasileiro não soube, e ainda não sabe, dar uma resposta eficaz para resolver os problemas econômicos do país.

Os brasileiros foram abandonados à própria sorte.

## Empresas, apoiem a maternidade

Cristhiane Brandão (\*)

Estamos na semana do Dia das Mães, mas, longe de ser uma data meramente comemorativa, precisamos refletir sobre o papel da mulher e da maternidade no cenário atual do mercado de trabalho. Apesar de todos os avanços tecnológicos e científicos, continuamos distantes de viver na prática a equidade de gêneros.

Para a maioria de nós, a primeira palavra que vem em mente quando falamos da nossa mãe é "guerreira". Porém, precisamos retirar urgentemente esse peso "heroico" do colo das mulheres por meio de políticas públicas e práticas empresariais que garantam uma rede de proteção adequada ao exercício pleno e saudável da maternidade. Afinal, o lugar das mães é onde elas quiserem!

Há exemplos de países, como Islândia, Estônia, Alemanha, Canadá e Nova Zelândia, onde a criação dos filhos se tornou uma "configuração familiar", ou seja, não é mais um papel restrito à mulher. Entre as políticas de apoio à família estão licença parental para casais, incluindo homoafetivos e outras configurações, benefícios na saúde, na educação, e alguns deles já implementaram a jornada de trabalho de 4 dias.

No Brasil, Boticário, Natura e Nestlé estão

entre as empresas que estão na vanguarda por colocarem em prática ações como licença-maternidade de até 6 meses e licença parental de 40 a 120 dias, auxílio-creche ou babá, e horários flexíveis e intervalos para a amamentação. A Lei 14.457/2022 visa ampliar esses e outros benefícios para todas as empresas ao instituir o Programa Empresa + Mulheres.

Valorizar as mães significa oferecer perspectivas de carreira dentro da empresa após o retorno da licença-maternidade. Gigantes como a Magalu estão com consultoria para auxiliar a implantar uma agenda voltada à maternidade, pois entenderam que, com o nascimento dos filhos, as mulheres expandem seu potencial criativo e produtivo e é um grande desperdício que 48% delas interrompa sua carreira (FGV, 2016).

Aliás, não faz muito sentido que, mesmo representando 52,1% da população, o que equivale a quase 5 milhões a mais que os homens (IBGE, 2021), as mulheres continuem enfrentando disparidade nos salários em relação aos homens. Um estudo feito no ano passado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) revelou que, mesmo com nível de escolaridade mais avançado, elas ganham em média 37% menos. Outra realidade que precisa mudar.

Sou mulher, mãe de dois filhos, casada, empresária e enfrentei na própria pele as adversidades referentes ao tema que me sensibiliza, porque, de fato, a maternidade não deveria ser um "atrapalhador" para os nossos planos e projetos. Uma mulher não se torna menos por ser mãe, aliás, ela melhora muito todos os seus atributos naturais que envolvem negociação, escuta, habilidade de gestão de pessoas, criatividade e execução de tarefas. Eu me tornei muito melhor com a maternidade.

No entanto, em um cenário de injustiças, incertezas, medos e não-valorização do potencial das mulheres, aliado a outros problemas estruturais das empresas que ainda não estão preparadas para entender e valorizar o universo feminino, elas costumam ser demitidas ou pedir demissão após a licença-maternidade. Na grande maioria das vezes, elas não contam com uma rede de apoio para se manterem firmes no seu propósito de serem mães e serem profissionais dedicadas.

Então, quando vejo dados sobre o aumento substancial de mulheres como donas do próprio negócio – "Número de empreendedoras no Brasil cresce e chega a 10,3 milhões" (Sebrae, 2023) – sinto um aperto no coração. Não é que não esteja vendo o lado positivo da

notícia, mas por fazer a leitura que está por trás dos dados: a exclusão do mercado tem "empurrado" as mães para o empreendedorismo.

Nós sabemos que as mudanças culturais são sempre desafiadoras e demoradas, no entanto, observamos que só há um jeito de fazer acontecer, que é colocando em prática, ou seja, contratando mulheres justamente porque elas engravidam e com isso desmistificando a maternidade. Ao contrário de ser um fator limitador, ser mãe é um combustível na vida das mães, desde que elas tenham o apoio necessário, claro.

Falar em agenda positiva, em desenvolvimento econômico e sustentável, passa necessariamente pela equidade de gênero. Quero convidá-lo a refletir sobre a valorização da parentalidade nos espaços corporativos. Como você tem trabalhado isso na prática da sua empresa ou corporação? Quais ações de valorização de mulheres e mães você pode fazer agora?

CRISTHIANE BRANDÃO, Conselheira de Administração, Consultora em Governança para Empresas Familiares e Coordenadora do Capítulo Brasília/Centro Oeste do IBGC.



## Por que dormir importante?

Max Lima (\*)

A gradativa redução nas horas de sono da população, em função do excesso de atividades do dia-a-dia, pode afetar não só o equilíbrio emocional ou a capacidade de raciocínio e aprendizagem do indivíduo, mas também a sua saúde cardíaca.

Para que uma pessoa viva de maneira saudável é preciso que ela tenha, no mínimo, sete horas de sono por dia. Dormir menos do que isso pode ocasionar prejuízo cardiovascular com o passar do tempo, já que favorece o surgimento de doenças, como hipertensão, diabetes e obesidade, o que aumenta o risco de infartos e AVCs.

O sono é um período importante para o restabelecimento do nosso organismo. Dormir bem ajuda, por exemplo, na produção de anticorpos contra as mais diversas doenças, fortalecendo o nosso sistema imunológico. Por isso, reduzir o tempo em que dormimos afeta significativamente os processos fisiológicos que ocorrem durante o sono.

Quando dormimos há um momento de repouso do nosso sistema cardiovascular, no qual tanto a frequência cardíaca, quanto a

pressão arterial são reduzidas. Esse processo é muito importante para a saúde do coração. Por essa razão é que diversos estudos mostraram que a privação do sono aumenta o risco de hipertensão arterial.

A gradativa redução nas horas de sono da população, em função do excesso de atividades do dia-a-dia, pode afetar não só o equilíbrio emocional ou a capacidade de raciocínio e aprendizagem do indivíduo, mas também a sua saúde cardíaca.

Para que uma pessoa viva de maneira saudável é preciso que ela tenha, no mínimo, sete horas de sono por dia. Dormir menos do que isso pode ocasionar prejuízo cardiovascular com o passar do tempo, já que favorece o surgimento de doenças, como hipertensão, diabetes e obesidade, o que aumenta o risco de infartos e AVCs.

Outra situação que precisa ser reparada enquanto dormimos está relacionada à regulação do apetite. A redução no tempo de sono, devido a fatores hormonais e gasto energético menor, também favorece o ganho de peso.

## Quantidade e Qualidade

Dormir em quantidade adequada pode não ser suficiente para começarmos o dia alertas

e descansados. A apneia obstrutiva do sono é um distúrbio comum e fortemente associado ao ronco. A associação entre apneia do sono e privação do sono é frequente e perigosa, uma vez que ambas as situações estão associadas a maiores riscos cardiovasculares.

Por isso, pessoas que têm ou já tiveram algum tipo de distúrbio cardiovascular como hipertensão, infarto ou AVC, precisam redobrar a atenção com doenças relacionadas ao sono, como essa, e procurar tratamento o quanto antes.

Vale lembrar que o sono em quantidade suficiente e de boa qualidade é imprescindível para que todos tenhamos um dia repleto de saúde, maior capacidade de concentração e, inclusive, menor risco de acidentes no trânsito.

## Sono perdido

É possível repor as horas de sono perdidas. Uma dica é estabelecer uma meta, procurando aumentar gradualmente o tempo de sono de 15 a 30 minutos por noite, a cada semana, por exemplo. Assim é possível combater o problema e, aos poucos, recuperar a saúde e a disposição.

Recuperar o tempo mínimo de sete horas de sono e tratar a apneia do sono

é fundamental para a nossa saúde, sobretudo para quem tem hipertensão ou outras doenças cardiovasculares e pode ajudar no controle do peso.

Quem deve ficar atento e procurar um médico para avaliar seu sono:

- \* Quem apresenta dificuldade para dormir ou para manter o sono, e não consegue descansar mesmo após uma noite de sono com duração adequada;

- \* Quem tem sonolência excessiva durante o dia e cochila facilmente;

- \* Quem ronca alto frequentemente e incomoda o parceiro(a);

- \* Quem pára de respirar durante o sono;

- \* Quem tem comportamentos incomuns durante o sono;

- \* Quem sente incômodo nas pernas do tipo que piora no início da noite e melhora com a movimentação durante o dia;

MAX LIMA é médico especialista em cardiologia e terapia intensiva.



## 275 Anos de Mato Grosso

Suelme Evangelista (\*)

Pelos relatos de Francisco Caetano Borges nos Anais de Vila Bela de 1754 sobre a expansão da conquista portuguesa da Vila de Cuiabá em direção oeste para cordilheira dos Andes, os primeiros achados de ouro desta região indicam o nome de dois desbravadores bandeirantes, ofuscando os demais homens envolvidos na bandeira.

O relato informa que saiu da Vila do Cuiabá em 1734 os irmãos Fernando e Artur Paes de Barros, naturais de Sorocaba, em busca de aprisionar os cobiçados e valiosos indígenas denominados Pareci que eram vendidos como escravos em Cuiabá e São Paulo.

Depois de conquistarem alguns na suas vastas campanhas, cursaram mais ao poente, e arranchando-se no ribeirão que deságua no

rio Galera, o qual corre ao nascente a buscar o rio Guaporé, e aqueles nasce das fraldas da serras hoje chamadas de São Francisco Xavier, fazendo experiência de ouro, tiraram nele três quartos de uma oitava (aproximadamente 2 quilos e meio).

Em função desse achado o nome do primeiro povoado da região da atual Vila Bela da SS. Trindade, foi São Francisco Xavier e deve-se ao financiador da expedição, o comerciante cuiabano Luiz Rodrigues Villar, que ao receber a notícia dos novos achados, estava lendo a vida do grande apóstolo da Índia São Francisco Xavier.

Destaco que essas posses desde Cuiabá a São Francisco Xavier e Vila Bela eram locais de litígios diplomáticos por causa do Tratado de Tordesilhas de 1494 que definiu as posses na América entre as coroas de Portugal e Espanha.

Surgia uma nova região de exploração, como produto destas ambições de ouro que movia paixões e delírios um novo nome na cartografia portuguesa: Mato Grosso, 14 anos antes da própria capitania (1736-1748).

A região recém ocupada passou a ser identificada no batismo dos lugares dos mapas e documentos da época como Mato Grosso, o Mato Grosso dos Pareci, o Mato Grosso do Sertão dos Pareci, Sertão de Mato Grosso no Reino dos Pareci.

Tais descobertos de ouro e o desejo de expandir o território de domínio português sob terras hispânicas no vale do Guaporé motivaram a constituição da capitania de Mato Grosso em 1748 estrategicamente naquele local.

Para o cronista José Gonçalves da Fonseca, os primeiros registros manuscritos que apresentam a expressão Mato Grosso em 1734, que mais tarde veio a nomear a capitania seriam atribuídos os achados auríferos de São Francisco Xavier.

"(...) saindo uma tropa de gente da Vila do Cuiabá a explorar as campanhas dos gentios chamados Pareci (...), que habitava nas dilatadas planícies ao norte da grande chapada, e achando a referida tropa todo aquele continente destituído de tudo que pudesse fazer interferisse as suas diligências, se determinaram a atravessar a cordilheira das gerais de oriente para poente; e como estas montanhas são escarpadas, logo que baixaram à planície da parte oposta aos campos dos Pareci (...) toparam com matos virgens de arvoredo muito elevado e corpulento, que entrando a penetra-lo o foram apelidando Mato Grosso; e este é o nome que ainda hoje conserva todo aquele distrito."

O topônimo e nome de batismo de Mato Grosso é de maneira explícita uma referência a floresta amazônica e surge, como distinção paisagística do cerrado (onde se iniciou a colonização).

Isso explica o aparente paradoxo do nome do Estado, pois os primeiros núcleos

populacionais surgiram 17 anos antes do surgimento da Capitania em 1719 com Cuiabá no bioma cerrado que é formado de espécie arbóreas de volume e altura inferior ao bioma amazônico. O nome do Estado tem a ver com a criação de Vila Bela como capital no bioma amazônico. Isso explica também porque Cuiabá é mais velha que Mato Grosso e porque não foi a primeira capital e porque esse ano Cuiabá completou 304 anos e Mato Grosso 275.

A criação da Capitania de Mato Grosso em 1748 e a definição da primeira capital no Guaporé e não em Cuiabá nasce entre outros motivos para garantir e legitimar as expansões territoriais e conquistas lusitanas na fronteira oeste da colônia portuguesa na América sobre os domínios espanhóis.

A descoberta de faíscas de ouro às margens dos rios Sararé e Galera desembocou numa nova marcha de ocupação, agora no sentido Cuiabá - Guaporé, através dos arraiais de São Francisco Xavier (1734), Ouro Fino (entre 1734-1740), Nossa Senhora de Santana do Pilar (entre 1734-1740). Infelizmente só restam ruínas desses arraiais.

Sabendo das façanhas expansionistas de seus súditos no ultramar que alargara as terras da conquista e as mechas de ouro encontradas naquelas paragens, El Rey no dia 09 de março de 1748 através de alvará régio determina a criação de uma capitania desmembrando essa região da Capitania de São Paulo.

A capitania foi efetivamente instalada em 1751 com a posse do primeiro capitão general de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura Tavares depois vice-rei do Brasil Conde de Azambuja e hoje completa 275 anos de exigência.

\*SUELME EVANGELISTA é mestre em História



Jornal  
**IMPRESSO MT**

FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT  
Telefone: 65 99696-6688

**SAÚDE DE CUIABÁ**

Suprema Corte forma maioria para rejeitar recurso da Prefeitura, que tentava suspender a intervenção determinada pelo Tribunal de Justiça

**Intervenção é irrecorrível, diz STF**

Gabriel Soares

O Supremo Tribunal Federal (STF) já tem maioria para manter a intervenção na saúde de Cuiabá, rejeitando um recurso proposto pela Prefeitura. O caso está em julgamento no plenário virtual e deve ser encerrado ainda nesta sexta-feira. Por hora, o placar do julgamento está em 7 a 0, em favor da decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) que determinou a intervenção na Secretaria Municipal de Saúde.

Os ministros apontam que não cabe recurso contra a decisão do TJ, pois a ordem para intervenção de um ente federado sobre outro

tem natureza político-administrativa.

A relatora do caso é a presidente da Suprema Corte, ministra Rosa Weber. Em seu voto, ela cita a súmula nº 637 do STF, que veda a interposição de recurso extraordinário contra decisão colegiada de Tribunal de Justiça que deferiu pedido de intervenção administrativa.

“Por esse exato motivo, a deliberação emanada do Tribunal, seja no sentido de acolher ou rejeitar a representação interventiva, exaure a atuação do Poder Judiciário, não cabendo o reexame do pedido pela via recursal ou desconstituição da decisão por ação rescisória”, destacou a ministra.

A Prefeitura de Cuiabá chegou a tentar afastar a aplicação da súmula nº 637, alegando que o pedido de intervenção foi feito pelo Ministério Público Estadual (MP-MT) para garantir a observância de princípios da Constituição Estadual. Desta forma, o caso de Cuiabá teria natureza jurisdicional, e



Rosa Weber aponta que decisão que determinou intervenção tem natureza político-administrativa e não cabe recurso

não política, o que permitiria a impetração de recurso.

A presidente do STF até reconheceu a argumentação do município, mas apontou que o pedido de intervenção em Cuiabá tinha, sim,

o objetivo de garantir o cumprimento de ordens judiciais. Para isso, citou trecho da representação feita pelo Ministério Público para pedir a intervenção. Desta forma, Rosa Weber concluiu que fica caracte-

rizada a natureza político-administrativa da intervenção.

“Segundo esse entendimento, o pedido formulado pelo Chefe do Ministério Público estadual traduz mera notificação, pela qual se

exorta o Chefe do Poder Judiciário local a exercer seu poder constitucional de requisitar ao Governador a intervenção no ente municipal. Plenamente aplicável, portanto, ao caso, a restrição contida no enunciado da Súmula 637/STF”, concluiu.

**SOBRE A INTERVENÇÃO** - A intervenção na Saúde de Cuiabá foi determinada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso no dia 9 de março. Na ocasião, nove desembargadores votaram favoráveis à medida e quatro foram contrários. A intervenção foi efetivada em decreto estadual publicado no dia 15 do mesmo mês, após aprovação da Assembleia Legislativa.

O pedido de intervenção foi feito pelo Ministério Público Estadual (MP-MT), provocado pelo Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed-MT), sob o argumento de que a Prefeitura de Cuiabá estaria descumprindo reiteradamente uma série de decisões judiciais.

**INTERVENÇÃO EM CUIABÁ****TCE vê avanço na Saúde, com quitação de dívidas**

Da redação

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) apontou que a intervenção estadual na saúde de Cuiabá melhorou o atendimento prestado na rede secundária. Ações como remanejamento de profissionais, pagamento de débitos e a consequente reativação de serviços estão descritas em relatório de inspeção apreciado na sessão ordinária de terça-feira (9).

Sob relatoria do conselheiro Guilherme Antonio Maluf, o processo foi aprovado por unanimidade e resultou ainda

na emissão de 14 recomendações à Secretaria Municipal de Saúde.

Presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social (CPSA) do TCE-MT, o conselheiro destacou que as inspeções tiveram por objetivo avaliar os resultados da intervenção para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que as atividades desempenhadas pela interventora resultaram em uma série de alterações estruturais de funcionamento do sistema como um todo.

“Conforme bem pontuado pela equipe

técnica, é perceptível a melhoria na entrega dos serviços aos usuários, bem como da satisfação de parte dos funcionários, vez que houve aumento de profissionais na área da saúde, em razão do remanejamento realizado das unidades básicas às secundárias”, destacou o relator.

O trabalho, realizado em abril, teve foco na rede secundária, incluindo as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do Verdão, Morada do Ouro, Pascoal Ramos e Pedra 90, além das Policlínicas do Coxipó e do Planalto. “Houve avanço significativo na

regulação dos pacientes internados para outras unidades, em razão da diminuição no tempo de espera. A exceção diz respeito apenas aos pacientes cardiovasculares e com problemas na vesícula”, avaliou.

De acordo com o Guilherme Antonio Maluf, verificou-se ainda o recebimento de insumos para atendimento de urgência e emergência. “De um modo geral todas as unidades visitadas se encontram com as farmácias abastecidas, com exceção dos medicamentos que estão em escassez em virtude da desestruturação das

cadeias globais de produção com a situação pandêmica vivenciada mundialmente.”

Em seu voto, explicou que, com a regularização de pagamentos às empresas, houve a retomada de serviços referentes à manutenção de equipamentos médicos hospitalares e a reativação de Raio-x. Ponderou, contudo, que algumas unidades se encontram com a parte físico-estrutural comprometida e parte dos materiais e equipamentos de trabalho estão sem assistência, o que compromete a prestação de serviços.

Assim, ao avaliar que o problema ainda não foi completamente resolvido, com a finalidade de auxiliar os trabalhos da intervenção, expediu recomendações à Secretaria Municipal de Cuiabá.

Por fim, chamou a atenção para a importância da atuação da Comissão Especial do TCE-MT, criada para acompanhar a intervenção. O grupo, do qual faz parte, é coordenado pelo conselheiro Sérgio Ricardo e integrado também pelo procurador Geral do Ministério Público de Contas (MPC), Alisson de Alencar.

**DISCÓRDIA NA ROTA****Futuro da Imigrantes causa 'treta'**

Da redação

A possível desistência da duplicação da Rodovia dos Imigrantes, em Várzea Grande, deve se tornar uma 'dor de cabeça' muito grande para o governador Mauro Mendes (União). Políticos da Baixada Cuiabana, incluindo aliados do governador, já se articulam para fazer pressão pela duplicação deste trecho da BR-163 que atravessa Várzea Grande. A revolta deles foi expressa pelo deputado estadual Júlio Campos (União) na quarta-feira, 10 de maio, durante entrevista na Assembleia Legislativa.

Sob comando do governo, a Rota do Oeste estava desviar o trânsito da Rodovia dos Imigrantes para um novoanel viário, que seria construído em Cuiabá. A informação foi revelada pelo ex-senador Cidinho Santos na última semana, apontando que

a duplicação implicaria em altos custos de desapropriação das margens da rodovia.

Campos afirmou que se sente desprezado pelo governo com essa decisão, enquanto cidadão e político várzea-grandense. Ex-governador de Mato Grosso, Júlio afirma que representantes da Rota mentiram ao falar que os custos de desapropriação para duplicar a Imigrantes seriam estratosféricos. Segundo ele, os trechos às margens da Rodovia dos Imigrantes já foram desapropriados na década de 1980, já pensando na duplicação da pista no futuro.

“Quando fui governador, de 83 a 86, preocupado já com o trânsito de veículos pesados [...] nós fizemos o Contorno Sul. [...] Nesta época, já foi projetada a duplicação dessa pista. Nós sabíamos que ia crescer Mato Grosso, que ia

crescer muito trânsito, e fizemos uma desapropriação de 50 metros. Se vocês quiserem me acompanhar para verificar que é conversa fiada, é bléfe da MT PAR, dizendo que precisa de desapropriação”, afirmou.

Visivelmente irritado com a situação, Campos afirmou que já articulou com políticos da Baixada Cuiabana para fazer forte pressão. Por hora, o grupo é composto pelo senador Jayme Campos (União), o deputado federal Coronel Assis (União), os deputados estaduais Eduardo Botelho (União) e Fábio Tardin (PSB), e os prefeitos de Várzea Grande, Kalil Baracat (MDB), e de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB).

“Mais uma vez, o governo do Estado quer tratar a Grande Cuiabá com um certo desinteresse, como não deveria ser tratada. Nós vamos exigir e temos certeza, que o ci-

dadão Cidinho Santos, presidente desse consórcio, bem como os diretores da MT PAR, terão conosco esse compromisso firmado ainda nessa semana”, disparou.

Caso o governo não dê uma sinalização positiva para a duplicação da Imigrantes, Júlio cogita ingressar com uma ação popular pedindo à Justiça que obrigue o governo a fazer a obra. Ele explica que o comércio às margens da Rodovia dos Imigrantes cresceu totalmente voltado ao grande fluxo de veículos pesados da região e, por isso, a decisão de desviar o tráfego da BR-163 para outro anel viário causaria grande prejuízo à cidade.

“É um desafio do jeito que eles querem desviar de Várzea Grande, um traçado novo fora do perímetro urbano para sair em outra região. Isso nós não vamos concordar, porque ali virou um grande comer-



Júlio Campos vê desprezo em possível desistência de duplicação da Imigrantes

ció. Grandes indústrias implantaram ali, grandes comércios. Hoje é a avenida mais movimentada. Tem uma média de 15 mil veículos, caminhões pesados por dia, e não vão duplicar?”, questionou.

A primeira mostra da resistência deve ser

dada ainda nesta quarta-feira. Campos prometeu pedir vista do projeto de lei no qual o governo pede autorização para contrair empréstimo de até 180 milhões de dólares, que seriam investidos em ações de agricultura familiar e educação.

## DE OLHO NA SUCESSÃO

Vice-governador enfatizou que ainda é cedo para tratar da próxima eleição, mas já avisou que está na fila: “não tenho pressa, tenho determinação”

## Pivetta mira governo em 2026

Gilberto Leite



cedo para iniciar as tratativas sobre o assunto, pois faz menos de sete meses que foi realizada a última eleição geral, que reelegeu Mauro Mendes.

No entanto, Pivetta ressaltou que, apesar de não ter pressa, está na fila e disponível para discutir sobre o assunto.

“Política a gente fala no momento adequado. Estamos há seis meses da eleição, disputamos eleição no final do ano passado, então é muito cedo para falar em política. Eu acho natural que os pretendentes se articulem, eu não tenho pressa, tenho determinação. Estou com foco agora em ajudar o Mauro a cumprir o mandato, de acordo com o compromisso que nós fizemos, e tenho muita confiança de que estarei preparado daqui a quatro anos. Como falei outro dia, estou na fila”, disse.

Mauro conseguiu se reeleger com apoio da

coalisão formada pelos partidos União Brasil, Republicanos, MDB, PSB, PL, PROS, Pode-

mos e a federação Cidadania e PSDB. O grande impasse foi acerca do apoio ao Senado. Devido à decisão de apoiar a reeleição de Wellington Fagundes, Mauro perdeu dois aliados, o PP e o PSD, que se juntaram com a esquerda para dar viabilidade à candidatura do ex-deputado federal Neri Geller (PP) ao mesmo cargo.

Sem a possibilidade de concorrer ao governo, comenta-se nos bastidores que o futuro de Mauro Mendes seria o Senado Federal, com apoio de Fagundes, em troca de um apoio recíproco. Caso dispute o governo, Wellington não perderia seu mandato como senador e abriria espaço para o braço direito do governador, o secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho, assumir o cargo no Senado.

Sobre o assunto, Pivetta espera que o grupo permaneça unido para dar continuidade ao modelo de gestão que foi adotado por Mauro.



Pivetta admite que ainda é cedo para debater sucessão de Mauro, mas avisa que já está na fila

“Eu acredito no bom senso, acredito que Mato Grosso está em um bom caminho, e as forças deverão convergir para que as coisas continuem bem. O futuro é difícil prever, mas o

Estado está bem organizado para ter um período longo de crescimento, com bastante investimento público, com ordem, com disciplina fiscal, com austeridade, com seriedade.

Então, eu penso que esses são os princípios que embasam um grupo político, um time como nós montamos, que tem demonstrado ser conveniente para sociedade”, comentou.

## SUCESSÃO EM CUIABÁ

## Rosa Neide avisa que quer disputar prefeitura

Gilberto Leite



Rosa Neide manifestou interesse em disputar Prefeitura de Cuiabá, mas PT precisa alinhar com membros da federação

Da redação

O presidente do PT em Mato Grosso, deputado Valdir Barranco, disse que a ex-deputada federal Rosa Neide, atual diretora-executiva da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), declarou interesse em participar da disputa para o comando do Palácio Alencastro no próximo ano.

De acordo com Barranco, a manifestação aconteceu durante um encontro do CNB (Construindo um Novo Brasil) na última semana. Ele ainda destacou que, até então, ela não tinha feito nenhuma fala sobre o tema.

O PT de Cuiabá já trabalhava no projeto com a presença do deputado estadual Lúdio Cabral, que já disse reiteradas

vezes que não tem interesse em encarar a eleição e defende que o partido apresente um nome feminino para concorrer a vaga.

“Nós temos duas situações que são os partidos que compõem a federação, e suas decisões, e a federação em si. Pelo lado do PT nós tínhamos a pré-candidatura do Lúdio bem colocada e a pré-candidatura da deputada Rosa Neide meio que colocada. Na última semana, ela se decidiu e comunicou a nós, a CNB, que ela colocará o nome dela à disposição. Já está, inclusive, organizando a transferência de domicílio eleitoral dela de Diamantino para Cuiabá”, comentou em entrevista com a imprensa na quarta-feira, 03 de maio.

Barranco frisou que a decisão de quem será o candidato do partido será definida no próximo ano e que internamente o debate sobre o assunto está ocorrendo de forma madura, sem atritos. O partido “corre contra o tempo” para evitar que se repita o que aconteceu no ano passado, quando o partido não liderou nenhuma chapa majoritária.

Logo após essa definição, o PT tem outro obstáculo a vencer: a federação. O partido se “casou” com PCDoB e PV em 2022 e agora a decisão sobre a candidatura terá que ter a benção das lideranças das outras legendas.

“Os dois são bem maduros, são militantes muito antigos, nós vamos definir quem é

o melhor quadro do PT. Essa definição cabe ao diretório municipal, eu sou presidente do diretório estadual, e depois esse nome será levado à Federação Brasil da Esperança que, certamente, colocará pelo PCDoB e pelo PV os seus nomes e decidirá quem irá prosseguir como candidato da federação”, explicou.

O presidente do PV, vice-prefeito de Cuiabá José Roberto Stopa, já revelou que vai procurar as lideranças do PT para apresentar seu projeto para 2024, com objetivo de garantir um consenso em seu nome e evitar desgastes como aconteceu em 2022 quando Stopa desistiu de concorrer ao governo após críticas do deputado Lúdio.

## (DES)UNIÃO BRASIL

## Tretas do UB não foram totalmente resolvidas

Gilberto Leite

Da redação

Ao que parece, as arestas do União Brasil em Mato Grosso ainda não foram aparadas. O conflito de interesses, principalmente envolvendo a eleição do próximo ano, tem dividido o partido que pode perder importantes lideranças políticas.

O deputado estadual Júlio Campos disse que as rusgas ainda estão sendo resolvidas com o decorrer do tempo e que nenhuma decisão sobre o pleito municipal foi definida.

Dentro do União Brasil existem dois membros que querem encabeçar o projeto de disputar o comando do Palácio Alencastro, sede da Prefeitura de Cuiabá. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho, tem apoio da bancada do UB no Parlamento estadual e dos irmãos Campos, já o deputado federal Fábio Garcia tem a simpatia dos integrantes do Palácio Paiaguás.

Independente da escolha, Júlio destacou que o partido tem que

apresentar um nome que seja competitivo, que consiga chegar ao segundo turno, e tenha estima das lideranças de outros partidos que compõem a base de sustentação do governador Mauro Mendes.

“Nós temos até final do ano para conversar, para aprofundar e escolher um bom candidato para prefeito de Cuiabá. O que interessa é que seja um candidato com chance de ganhar, de ir para o segundo turno e ganhar dos nossos adversários. Não podemos esquecer que, desunidos, não chegaremos a lugar nenhum. Se nós não tivermos todo mundo unido, além da pesquisa para o candidato, nós temos que ver esse candidato agora”, ressaltou.

“Nós temos que trazer o apoio do PSB, de Max [Russi, presidente do PSB]. Nós temos

que trazer o apoio de outros partidos, do PL, do PP. Enfim, o candidato que mais agregar o povo e o apoio político será o candidato. Ninguém vai querer partir para o suicídio”, complementou.

Júlio comentou que a principal missão da nova diretoria do União Brasil, sob a liderança do governador, é apaziguar a situação e tentar encontrar um caminho que atenda às necessidades dos dois lados para evitar uma debandada. Outros partidos já estão de olho nos integrantes do União, como o Mais Brasil, em processo de homologação, que quer chegar em Mato Grosso com forças e lideranças políticas.

“Nós temos que tentar segurar o partido. Se não tiver jeito, aí vai ser um racha e podemos partir para a derrota”, avaliou.



Júlio defende consenso do partido para a eleição em Cuiabá: “desunidos, não chegaremos a lugar nenhum”

**PUBLICIDADE LEGAL**  
ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.  
(65) 99228-9990  
ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS  
CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS  
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...  
PUBLICAR

**RIO CUIABÁ**

Julgamento terminou com placar de 8 a 2 pela derrubada da lei estadual; Suprema Corte concluiu que houve invasão de competência exclusiva da União

# STF derruba lei que proíbe PCHs



**Gabriel Soares**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade da lei estadual nº 11.865/2022, que proíbe a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Hidrelétricas (UHEs) em toda a extensão do Rio Cuiabá. O julgamento virtual se encerrou na segunda-feira, 8 de maio, com placar de 8 a 2.

Apenas o relator do caso, Edson Fachin, e a presidente do STF, Rosa Weber, votaram pela manutenção da lei. O 'prego no caixão' foi batido pelo voto do ministro Gilmar Mendes, que apontou invasão de competência exclusiva da União, ao legislar sobre águas

e energia. O voto de Mendes foi seguido pela maioria.

De autoria do deputado estadual Wilson Santos (PSD), a lei é questionada em duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI), movidas pela Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) e pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Só a primeira está em análise no momento, mas o julgamento dela deve prejudicar a análise da outra.

Em ambos os casos, as entidades argumentam que a lei estadual teria violado a competência exclusiva da União para legislar sobre o uso de águas de rios federais, bem como sobre a geração de energia. Esse posicionamento foi sustentado pelo governo do Estado (que chegou a tentar vetar a lei), pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e pela Advocacia-Geral da União (AGU), ao serem consultados pelo STF.

Relator do processo, Fachin discordou desses argumentos. Em seu voto, ele afirma que é preciso avançar no

modo como a repartição de competências entre Estados e União é lida há tempos, pois coloca os Estados em um papel secundário na federação brasileiro, ao contrário do que pretendia a Constituição Federal de 1988.

Fachin citou ainda que as normas federais estabelecem que apenas as hidrelétricas com potencial de geração acima de 300 megawatts são objeto de licenciamento da União. Portanto, se cabe aos Estados licenciar as hidrelétricas de capacidade menor, também cabe aos Estados impedir o licenciamento desses empreendimentos.

"Diante desse cenário, constata-se que o equacionamento entre proteção ambiental e o potencial ganho energético foi ponderado pelo Poder Legislativo estadual em atenção ao princípio da prevenção, em atuação política legítima à luz da Constituição da República. Além disso, a deferência a essa opção legislativa regional é a que melhor privilegia o exercício das



Gilmar Mendes abriu a divergência, apontando invasão de competência exclusiva da União ao legislar sobre águas e energia

capacidades institucionais dos órgãos envolvidos", concluiu.

**DIVERGÊNCIA** - Durante a semana, os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes abriram divergência no julgamento da constitucionalidade da lei, votando pela sua derrubada. Em seu en-

tendimento, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso invadiu competência exclusiva da União ao legislar sobre águas e energia.

"A lei mato-grossense, nesse sentido, ao proibir a construção de UHEs e PCHs, além de dispor sobre matéria de competência privativa da

União, acabou por avocar indevidamente a capacidade de concessão de licenças do Poder Executivo Federal, que fica impossibilitado de deliberar sobre as questões ambientais e hidrelétricas no curso do Rio Cuiabá, que, como dito, é de domínio da União", argumentou Gilmar Mendes.

## VIADUTOS NA MIGUEL SUTIL

# Caixa aberta e Emanuel decide rever projetos



Gilberto Leite

Emanuel pretende priorizar construção do viaduto no acesso ao Centro de Eventos do Pantanal

**Da redação**

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), disse que vai se reunir com os membros do Comitê de Eficiência Econômica e Financeira da prefeitura para discutir sobre os projetos de mobilidade urbana. Ele deve desistir de construir um dos viadutos prometidos para a Avenida Miguel Sutil, devido às complicações financeiras que a Prefeitura tem enfrentado, com queda na arrecadação e nos repasses.

Em 2021, o prefeito anunciou que pretendia construir dois viadutos e uma nova trincheira em Cuiabá, para dar maior fluidez ao trânsito

na Avenida Miguel Sutil, principalmente nos horários de pico. A previsão era construir um viaduto na rotatória de acesso ao Centro de Eventos do Pantanal e outro no trevo do Santa Rosa, ligando as avenidas Lava Pés e Antártica, por cima da trincheira que já existe no local.

No entanto, Emanuel comentou que o Município está sem dinheiro e, por isso, deverá construir apenas um viaduto.

"Esses viadutos foram uma oportunidade que eu vi de poder melhorar o trânsito em Cuiabá, em alguns pontos que estrangula, e aí tem que ver a condição econômica e financeira do Município. Eu vou

ainda me reunir com o comitê de eficiência dos gastos públicos nesta segunda-feira, 15 de maio, e ali vou decidir. Eu ainda vou decidir, mas estou convencido que nós podemos fazer, em vez de dois, um viaduto, que é o viaduto no trevo do Centro de Eventos do Pantanal", disse.

De acordo com o prefeito, o trevo do Centro de Eventos do Pantanal merece uma atenção maior, porque nesse ponto o registro de engarrafamento é maior e acaba prejudicando a mobilidade urbana em outras regiões, principalmente nos horários de pico.

Ainda conforme Emanuel, o outro viaduto, sobre o trevo do San-

ta Rosa, pode aguardar um pouco mais tempo, além de ser um projeto mais caro que os outros.

A trincheira anunciada para o Círculo Militar também se tornou uma incerteza. O prefeito espera que o Ministério das Cidades possa enviar o recurso necessário, cerca de R\$ 62 milhões, para sua construção.

"O deputado Emanuelzinho já entregou [o projeto] ao Ministério das Cidades, em Brasília, porque não temos recursos para esse fim ou apressar o andamento. Então, eu ainda estou estudando para colocar dentro do planejamento, da possibilidade econômica e financeira de Cuiabá", destacou.

## XADREZ POLÍTICO

# Bancada do União quer Botelho para prefeito

**Da redação**

O deputado estadual Dilmar Dal Bosco (União) confirmou que recebeu convite das lideranças nacionais do Patriotas e do PTB para assumir a direção estadual do Mais Brasil, partido que resultará da fusão das duas siglas.

Dal Bosco é um dos integrantes do União Brasil que estavam descontentes com as decisões que estavam sendo adotadas no partido para formação dos diretórios municipais, além da falta de critérios para escolha do nome que vai encabeçar o projeto de candidatura do União em Cuiabá, em 2024.

"Fui convidado, como já falei lá atrás, para ir ao Mais Brasil. Ainda não está definido o nome, o número que é realmente chamativo, porque sempre fui do PFL e do

Democratas, sempre fui 25", destacou.

No entanto, Dilmar comentou que atualmente não pretende sair do União Brasil. Ele lembrou que o único momento que poderia oferecer essa possibilidade seria a janela partidária, período que acontece em anos eleitorais e permite que parlamentares mudem de partido sem o risco de perder o mandato.

Dilmar ainda ressaltou que assumiu a secretaria-geral do União Brasil e está trabalhando para resolver as questões que ainda estão pendentes no partido, que poderiam levar ele e a bancada do União na Assembleia Legislativa a procurar outros rumos.

Um desses imbróglios é a definição de regras para escolha do candidato do partido para concorrer à Prefei-

tura de Cuiabá. Segundo o parlamentar, ele e a bancada estadual querem que o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, seja escolhido para encabeçar a chapa.

"Estou dentro do União Brasil, sou secretário do partido, conversei muito com o governador [Mauro Mendes] na quinta-feira, antes da convenção, mas não participei da convenção [...], foi feito de última hora o convite. [...] Vou ajudar como sempre fiz. Agora, se não resolver algumas pendências dentro do partido, [...] nós temos que estar unidos, isso que foi proposto naquela reunião. Então, tem pendências que a gente tem que resolver, tenho certeza que teremos maturidade para resolver isso", frisou.

Apesar de ter assumido um cargo importante

do partido, Dilmar destacou que caso a bancada da Assembleia não seja ouvida nas futuras deliberações dentro do União, existe a possibilidade de esse grupo procurar novos partidos.

"O nosso maior descontentamento é o prestígio. Nós temos hoje dentro do partido quatro deputados estaduais que ficamos na ponta. Dos quatro deputados, um deles é nosso pré-candidato a prefeito de Cuiabá. Nós queremos que defina a regra de como vai ser também, eu, como Júlio e Sebastião, estamos juntos no projeto do Botelho para pré-candidato da nossa capital. Não estamos colocando isso a ferro e fogo para acontecer, nós queremos ter o diálogo, maneira que vai ser definida e a maneira que vai acontecer", ressaltou.



Gilberto Leite

Dilmar afirma que bancada da União na Assembleia quer lançar Botelho em Cuiabá

## MANUTENÇÃO NAS ESCOLAS

Governo de MT e nove prefeituras têm 45 dias para apresentar soluções para os inúmeros problemas na infraestrutura escolar

## TCE dá prazo para entrega de plano



## Da redação

O governo de Mato Grosso e nove prefeituras devem apresentar, em 45 dias, um plano de providências para melhoria na infraestrutura de 45 escolas, após o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) deflagrar a Operação Educação. O órgão visitou 32 escolas municipais e 13 estaduais, que apresentaram uma série de falhas estruturais relacionadas à segurança, acessibilidade, alimentação e outros.

O trabalho de fiscalização abrangeu instituições da rede pública estadual e municipal de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio

Verde, Cáceres, Rosário Oeste e Santo Antônio de Leverger. Os auditores do TCE verificaram inadequações aparentes em 64% do total de instalações vistoriadas.

De acordo com o levantamento, apenas 10 escolas fiscalizadas possuem a vistoria do Corpo de Bombeiros dentro do prazo de validade. Em 16 unidades não há nem extintores, e outras 14 apresentam desconformidades aparentes nos equipamentos de combate a incêndio, por exemplo.

Antônio Joaquim, conselheiro e presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Cultura do TCE-MT, chamou a atenção para os números referentes à segurança escolar.

"A segurança dos alunos é um assunto de grande interesse público no momento e que causa enormes preocupações aos pais mato-grossenses", disse.

Ele aponta que, das 29 unidades que possuíam câmeras de segurança, o equipamento não funcionava em três delas. Em



O tribunal apontou falhas na segurança e acessibilidade escolar e determinou a elaboração de plano de ação

25 havia vigilância particular ou ronda escolar e em apenas 4 havia botão de pânico. Além disso, em 12 escolas os muros ou paredes tinham buracos ou aberturas que permitem o acesso de estranhos, enquanto em outras 5 o portão ou portaria foram danificados ou vandalizados. Em 8

unidades não há controle de portaria.

Segundo o conselheiro, a auditoria não tem objetivo punitivo. "O sentido é identificar o problema para que seja resolvido. Esse é o sentido do novo Tribunal. Estamos aqui para fiscalizar, mas, principalmente, para ajudar o

gestor a executar políticas públicas".

**SEM ACESSIBILIDADE** - Durante o levantamento nas 29 unidades, foi constatado que nenhuma possuía sala de aula e banheiros adaptados para Portadores de Necessidades Especiais (PNE) e que 27 não apresentavam instalações de

alimentação adaptadas. Além disso, apenas em 6 escolas há sinalização sonora, em 5 há sinalização tátil e em 6 há sinalização visual.

Ao longo de três dias de trabalho, entre 24 e 26 de abril, os auditores do TCE também verificaram que 31 escolas não possuem alvará ou licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária. Em 21 delas, as respectivas áreas de consumo possuíam espaços insuficientes, falta de mobiliário, utensílios e higiene.

**OPERAÇÃO EDUCAÇÃO** - Sob a coordenação do Instituto Rui Barbosa (IRB), do Tribunal de Contas de São Paulo (TCE-SP) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), a Operação Educação abrangem mais de mil escolas em todo o país. Só em Mato Grosso, a auditoria mobilizou 34 auditores e alcançou um total de 30.216 alunos entre as 45 escolas, escolhidas com base nos indicadores de infraestrutura do Censo Escolar de 2022.

## TURISMO EM MT

## Dez novas rotas turísticas são lançadas durante a FIT Pantanal

Débora Siqueira | Sedec-MT

Dez novos roteiros envolvendo 11 municípios, inclusive os do agro, como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sinop, foram lançados pelo Sebrae durante a Feira Internacional do Turismo (FIT) Pantanal. O evento foi realizado de 04 a de 07 de maio, no Centro de Eventos do Pantanal.

Ao todo são 22 atrativos ou experiências turísticas, que envolvem diretamente 52 pequenos negócios e outros 53 indiretos, sendo 34 produtores rurais e artesãos.

Para o secretário adjunto de Turismo da secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), Felipe Wellaton, o Sebrae é uma grande referência

na formatação de produtos turísticos.

"É importante porque cria novas rotas que eram desconhecidas por mato-grossenses e pelos demais brasileiros. Facilita para as operadoras que queiram vender os roteiros, facilita para os turistas para que possam se programar. Muitos dos passeios e pacotes precisam de reserva prévia", argumenta.

Ele destaca que o produto é completo com informações de hospedagem, programação cultural, alimentação, além do tempo de duração do passeio, nível de dificuldade, dias de atendimento e capacidade de atendimento.

Uma das novidades é o roteiro da região do Agro, para que o turista tenha a experiência de conhecer uma cidade que pulsa agronegócio. Em

Nova Mutum, por exemplo, o turista pode fazer um roteiro de 8 horas, tomando café da manhã na Fundação MT, faz city tour, conhece a Orquestra Jovem, Casa do Artesão e a Cervejaria Kessbier.

Já em Sinop, num passeio de 4 horas, o turista pode viver a experiência de um café colonial, degustar vinhos e sucos na Família Masiereiro. Por meio de um trenzinho adaptado, os turistas vão conhecer a lavoura e os métodos de produção.

O diretor técnico do Sebrae, André Schelini, destacou que na cadeia produtiva do turismo em Mato Grosso tem cerca de 118 mil empresas que contribuem com a geração de emprego e renda e com o Produto Interno Bruto (PIB) do estado.

"A atividade turística é ativadora da economia



Uma das novidades é o roteiro da região do Agro, para que o turista tenha a experiência de conhecer uma cidade que pulsa agronegócio

local nos municípios, pois são onde as pessoas vivem e empreendem e Mato Grosso se coloca não só como potencial para produção de even-

tos, mas como destino turístico".

A FIT Pantanal é uma realização do Governo de Mato Grosso com o Sistema Fecomércio,

apoio institucional da Assembleia Legislativa e da Prefeitura de Cuiabá, além do apoio de dez entidades ligadas ao trade do turismo.

## CINCO ANOS DE PRISÃO

## Juiz condena bolsonarista de MT que tentou explodir bomba no DF



Reprodução

Alan atuou junto com o empresário paraense George Washington de Oliveira Sousa, o autor intelectual do plano terrorista, que também foi condenado

Gabriel Soares

A Justiça do Distrito Federal condenou, em primeira instância, o mato-grossense Alan Diego Rodrigues dos Santos, pela tentativa de explodir uma bomba no aeroporto de Brasília durante a véspera de Natal. A decisão foi proferida pelo juiz Osvaldo Tovanini, da 8ª Vara Criminal do Distrito Federal, na quinta-feira, 11 de maio.

Alan atuou junto com o empresário paraense George Washington de Oliveira Sousa, o autor intelectual do plano terrorista, que também foi condenado na mesma sentença. George foi flagrado com um arsenal de armas e explosivos, por isso sua pena é maior.

George Washington de Oliveira Sousa foi condenado 9 anos e 4 meses de reclusão. Já Alan Diego dos Santos Rodrigues foi condenado 5 anos e 4 meses de reclusão.

Alan e George são apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e elaboraram o plano terrorista na tentativa de provocar caos em Brasília e forçar uma intervenção das Forças Armadas. O desejo deles era que, durante a intervenção, o Exército também agisse contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para anular o resultado das eleições de 2022 e reconduzir Bolsonaro ao poder.

Além da prisão, os dois também foram condenados a pagar

multa. Alan Rodrigues terá que pagar multa de R\$ 6.464 e George Sousa de R\$ 11.312. A multa deve ser paga em até 10 dias após o trânsito em julgado da ação, quando não há mais possibilidade de recorrer da sentença. Porém, eles poderão pedir o parcelamento da multa.

Na decisão, o juiz lembra que Alan e George se conheceram no acampamento bolsonarista armado em frente ao quartel-general do Exército, em Brasília, onde foi gestado o plano terrorista. Inicialmente, eles planejavam explodir bombas em dois pontos distintos da capital federal, segundo revelou o empresário em seu depoimento.

A bomba foi colocada por Alan em um caminhão-tanque carregado com combustível próximo ao Aeroporto de Brasília. O caminhão estava carregado com 63 mil litros de querosene de aviação, o que iria potencializar a explosão.

Perícia feita pela Polícia Federal apontou que o raio da explosão seria aumentado substancialmente devido ao efeito combinado do explosivo com combustíveis. A perícia revelou ainda que houve uma tentativa de acionar a bomba, mas a explosão falhou por causa de um erro na montagem do dispositivo.

O momento em que Alan planta a bomba no caminhão foi captado por câmeras de segurança.

**REFERÊNCIA NACIONAL**

À frente de projetos estratégicos para o desenvolvimento do estado, empresa se consolida como grande indutora de investimentos em Mato Grosso

# MT Par acelera o desenvolvimento

**Da redação**

A empresa MT Par se consolidou como uma das grandes indutoras de investimentos do Governo de Mato Grosso após comprar o controle acionário da Concessionária Rota do Oeste, para dar fim à novela da rodovia federal 163. A empresa, agora, está nos holofotes da mídia nacional por sua participação em uma solução considerada 'disruptiva'.

O presidente da empresa, Wener Santos, considera a empresa estratégica para en-

contrar soluções rápidas, como foi no caso da rodovia federal. Caso a Rota do Oeste entregasse de vez a concessão, um novo processo licitatório demoraria cerca de 5 anos. Para evitar a continuidade desse problema, entrou em campo a MT Par.

"Hoje aqui, como o Governo anunciou, mais de R\$ 1,6 bilhão sendo investidos para solucionar uma rodovia, onde morre mais de 100 pessoas durante o ano. Se Deus quiser, nos próximos quatro a cinco anos, uma boa parte dessa rodovia já estará duplicada e o governo poderá pular para uma nova etapa e sair dessa situação constrangedora que se tornou a BR-163", disse.

Além da rodovia federal, a empresa toca grandes projetos, como é o Parque Novo Mato Grosso, com mais de 300 hectares, autódromo, estacionamento para

mais de 12 mil veículos, espaço para shows e eventos com 100 mil pessoas. O Governo do Estado, por meio da MT Par, está investindo cerca de R\$ 150 milhões no local.

O parque ainda deve ter um lago para a prática esportiva com 100 hectares, museu do agronegócio, pista de motocross, pista de caminhada, de skate, ciclismo, bicicross e pista para arrancadão. O objetivo, segundo Wener, é tornar o local o palco de todos os eventos do agronegócio mato-grossense e de práticas esportivas.

"Nós temos o grande projeto hoje, que é o Parque Novo Mato Grosso, maior parque de multi eventos da América Latina. Nós queremos que ele seja referência no Brasil, que todos os grandes eventos do agronegócio sejam em Mato Grosso, assim



Presidente da MT Par, Wener Santos ressalta investimentos bilionários na BR-163 e na construção de casas populares em todo estado

como é em outros estados, no Estado de São Paulo, que seja aqui", disse.

Além disso, a empresa também tem o proje-

to de construir cerca de 4,0 mil casas populares, sendo que o governo federal também deverá aportar cerca de R\$ 7 bilhões. "É uma deter-

minação do governador Mauro Mendes, com a primeira-dama Virginia Mendes, para fazer 4,0 mil casas populares", completou.

## 30 DIAS DE OPERAÇÃO

# Ipem fiscaliza 10 mil produtos em 7 municípios

**Da redação**

Em um mês de ações pelo Plano Nacional de Mercado do Inmetro, dez mil produtos e instrumentos de medição em 132 estabelecimentos comerciais foram fiscalizados pelas equipes do Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso (Ipem-MT), em sete municípios do Estado. A ação faz parte da operação nacional do Inmetro e segue até junho.

A operação aconteceu nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Lucas do Rio Verde, Rosário Oeste, Barra do Bugres e Confresa. Dos 10 mil produtos e instrumentos verificados pelo Ipem-MT,

as equipes identificaram 38 irregularidades. Durante as ações, os fiscais do Ipem-MT estiveram em 54 postos de combustíveis e verificaram 623 bombas de combustíveis localizados na Capital e Várzea Grande. Nas bombas de abastecimento de etanol, gasolina, gás natural e diesel foram identificadas três irregularidades.

O Ipem-MT também constatou 11 irregularidades na fiscalização de 85 balanças em 50 estabelecimentos comerciais. A operação visitou também sete convertedoras de gás natural veicular (GNV): cinco localizadas em Cuiabá e duas em Várzea Grande. As equipes verificaram nestes

estabelecimentos o total de 5.928 produtos/componentes de gás natural veicular, como cilindros, válvulas de abastecimento e outros. Nesta ação, 22 irregularidades, como válvulas de abastecimento com vazamentos, foram identificadas.

A atuação do órgão estadual faz parte da operação nacional do Inmetro que acontece simultaneamente pelo país em estabelecimentos comerciais varejistas e atacadistas, postos de combustíveis, distribuidoras, fábricas, depósitos de importadores e empresas. As equipes fiscalizam bombas de combustíveis, balanças em estabelecimentos comerciais, produtos em cerâmica em

olarias, instrumentos de medição, empresas conversoras de gás natural veicular, capacetes, brinquedos, taxímetros, dentre outros produtos em que é obrigatória a certificação do Inmetro.

A presidente em exercício do Ipem-MT, Marli do Nascimento, explica que as ações de fiscalização têm como objetivo garantir os direitos e a segurança dos consumidores na aquisição de produtos e serviços, e que nesta primeira fase das fiscalizações, os servidores do Ipem-MT apenas orientaram os proprietários para sanar as irregularidades.

"Em cinco semanas de fiscalização de caráter apenas orientativo esti-

vemos em sete municípios, visitando 132 estabelecimentos. Checamos por exemplo, componentes de GNV, capacetes, componentes cerâmicos, balanças, bombas de combustíveis dentre outros produtos. É importante ressaltarmos que o Ipem-MT, não para. Mantemos nossas equipes realizando esse trabalho para garantir a qualidade dos produtos que devem ser certificados pelo Inmetro, combatemos irregularidades, a pirataria, e principalmente, queremos assegurar segurança destes produtos ao consumidor", afirmou Marli.

A operação do Ipem-MT fortalece a aplicação do Plano Nacional

de Mercado do Inmetro e ocorre em 78 cidades do país. "É importante destacar, que neste primeiro momento, apenas estamos orientando os proprietários dos estabelecimentos comerciais a regularizarem de imediato o que foi identificado, pois em caso de reincidência, eles podem ser multados ou até mesmo perderem o registro do Inmetro", reforçou a presidente do Ipem-MT.

**OUIDORIA** - Consumidores que desconfiarem de irregularidades devem entrar em contato pelo site da ouvidoria <https://www.ouvidoria.mt.gov.br/> e <https://www.ouvidoria.mt.gov.br/> ou pelo telefone (65) 3624 8785.

## BR-163

# Após 4 anos 'congelado', pedágio sofre reajuste

**Gabriel Soares**

Após quatro anos de congelamento, as tarifas de pedágio da BR-163 foram reajustadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A partir da meia-noite desta segunda-feira, 8 de maio, as tarifas passam a variar de R\$ 4,40 a R\$ 8,20, conforme a praça de pedágio. O reajuste médio em relação aos valores vigentes ficou em 16,6%.

O reajuste acontece três dias após o governo do Estado assumir efetivamente o controle da concessionária Rota do Oeste. O aumento foi aprovado pela ANTT nos primeiros dias de fevereiro deste ano, já prevendo que os novos valores passariam a valer três dias após a transferência de controle da concessionária.

Em nota, a Rota do Oeste informou que o valor do reajuste é referente à inflação registrada entre 2018 e 2022. A concessionária enfatizou ainda que o reajuste

ficou abaixo da inflação do período, devido às penalidades pelo atraso na execução de obras que estavam previstas no contrato original de concessão.

"O índice ainda é abaixo da inflação acumulada no período apurado que ficou em 31%, visto que na metodologia há os descontos por penalidades pela não execução das obras previstas em contrato. Na prática, as tarifas serão reajustadas em 16,6%", diz trecho da nota.

Agora sob comando do governo do Estado, a empresa reforçou que investirá a totalidade dos valores arrecadados em melhorias na rodovia e na prestação de serviços aos usuários. A Rota citou ainda que mantém 18 bases de atendimento ao usuário, uma a cada 47 quilômetros da rodovia, em média. Essas unidades dispõem de ambulância, guincho leve, guincho pesado e equipes de inspeção para monitorar a rodovia.

"A Concessionária reforça que 100% dos



Pedágio estava sem reajustes desde 2019, por força de uma decisão judicial, e aumento ficou repesado

valores arrecadados nas praças de pedágio são revertidos em melhorias na rodovia e benefícios aos usuários da BR-163, 18 bases de atendimento ao usuário, uma a cada 47 quilômetros da rodovia, em média. Essas unidades dispõem de ambulância, guincho leve, guincho pesado e equipes de inspeção para monitorar a rodovia.

ção da vida", concluiu. **VALORES REPESSADOS** - O reajuste das tarifas de pedágio estava suspenso desde 2019, em decorrência de uma decisão judicial que impôs penalidades à Rota do Oeste pelo descumprimento dos prazos de duplicação da BR-163. Todavia, a ANTT estava realizando os cálculos de reajustes no período, enquanto mantinha os valores antigos. Por isso,

o usuário acabou sentindo uma 'pancada' maior, já que os reajustes estavam repesados por força da decisão judicial.

Em 2021, por exemplo, foi definido que o valor do pedágio na praça de Lucas do Rio Verde seria de R\$ 5,10 por eixo. Porém, a tarifa efetivamente cobrada dos usuários permaneceu em R\$ 4,80, devido à decisão judicial. Só que quando a ANTT calculou o novo reajuste, o valor usado como base foi a tarifa de R\$ 5,10, que valia no papel, mas não na prática.

**NOVA ROTA** - Na última quinta-feira, 5 de maio, o governador Mauro Mendes (União) assinou a transferência do controle acionário da Rota do Oeste para a MT Participações e Projetos S.A. (MT Par). A transferência é resultado de um acordo que vinha sendo costurado desde o começo de 2022, devido aos problemas que a Rota do Oeste enfrentava.

A controladora original, a Odebrecht Transport, chegou a pedir a devolução da rodovia à

União, o que levaria a uma relicitação da concessão e poderia até duplicar o valor do pedágio, além de atrasar em quase 5 anos as obras de duplicação da rodovia.

O governo prevê investir R\$ 1,6 bilhão nos próximos dois anos para a duplicação e melhoria da BR-163. Os recursos serão destinados por meio da MT-Par, sendo que R\$ 1,2 bilhão devem ser aplicados ainda neste ano.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelo governo prevê o prazo de até 8 anos para duplicação de 440 quilômetros da BR-163 até Sinop. Porém, o governo trabalha com a perspectiva de concluir essas obras em até 5 anos.

Para isso, o governador já deu início à licitação para as obras de requalificação da pista e duplicação da rodovia, antes mesmo de assumir a concessão. O primeiro trecho a ser duplicado será entre Posto Gil e Nova Mutum, totalizando cerca de 90 quilômetros.

## EXEMPLO PARA O PAÍS

Maior produtor de alimentos do país, estado consegue cumprir à risca o Código Florestal Brasileiro, com mais de 60% do território preservado

# “MT achou equilíbrio na produção”

Marcos Vergueiro/Secom-MT



## Da redação

Os produtores de Mato Grosso encontraram o equilíbrio entre a produção agropecuária e a capacidade de proteger o meio ambiente. A avaliação é do ex-ministro da Defesa do Brasil, Aldo Rebelo, que está no estado para participar do 17º Circuito Aprosoja. Ainda segundo Rebelo, que também foi relator do Código Florestal Brasileiro, Mato Grosso é uma referência para o país nesse quesito.

“Mato Grosso conseguiu encontrar o equilíbrio entre a capacidade de produzir e a capacidade de proteger o meio ambiente. Acho que isso é uma referência para o Brasil e isso aconteceu depois que a fundação de Brasília ofereceu ao Brasil a possibilidade de outra ‘Marcha para o Oeste’”, afirma Rebelo, em entrevista ao Estado Mato Grosso.

Além da fundação de Brasília, Aldo também cita as pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que encontraram soluções para tornar o solo do Cerrado produtivo para proteínas e grãos. Isso fez com que Mato Grosso se consolidasse como o estado mais importante para a agropecuária.

Mato Grosso é o maior produtor de grãos do Brasil. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção brasileira de milho na safra 2022/23 será de 124,8 milhões de toneladas. Somente os produtores mato-grossenses vão produzir 46,2 milhões de toneladas do cereal, o que representa 37% de toda a produção brasileira.

Já a safra de soja brasileira 2022/23 foi de 153,6 milhões de toneladas, segundo levantamento da Conab, em

abril desse ano. Deste montante, Mato Grosso produziu 45,3 milhões de toneladas da oleaginosa, conforme números do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea). Portanto, Mato Grosso produziu 29% de toda a safra brasileira.

A safra de soja mato-grossense é maior do que toda a região Sul, que produziu 39,4 milhões de t. Já os números da Conab para o milho são ainda mais impressionantes, superando as safras da região Sul e Sudeste, somadas. A região Sul produziu 25,7 milhões de t de milho e a Sudeste, 11,8 milhões de t, totalizando 37,5 milhões de t - quase 9 milhões a menos do que a produção de Mato Grosso.

Ao mesmo tempo, os mato-grossenses preservam mais de 60% do seu território. Conforme dados do Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra, feito Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mato Grosso usava apenas 13,8% de todo seu território para a atividade agrícola. Os dados são de 2020.

Conforme o IBGE, dos 903 mil km² de ex-



Mato Grosso consegue ter maior produção de grãos do país e, ao mesmo tempo, manter mais de 60% do território preservado

tensão, apenas 124,7 mil km² eram destinados para atividade agrícola. Já a área de pastagens é maior, 190 mil km². Nossa área preservada é significativamente maior, totalizando 351,7 mil km² de vegetação florestal; 201,1 mil km² de vegetação campestre; 8,5 mil km² de área úmida

e 2,3 mil km² de cursos de rios ou lagos.

A soma da área de vegetação florestal, vegetação campestre, áreas úmidas e cursos de rios, é de 563,8 mil km². Portanto, 62,8% da área de Mato Grosso é totalmente preservada, enquanto 13,8% é utilizada como área de plantio e 21% é de pastagem.

Mato Grosso reúne as três condições que a Organização das Nações Unidas (ONU) elenca para dar ao Brasil a liderança na segurança alimentar do planeta. O estado tem o clima, água e solo bons para a produção, além do conhecimento gerado pelas universidades e pela Embrapa.

“Tem também o conhecimento gerado pelas nossas universidades e pela Embrapa e também dispõe de uma classe de produtores identificados com a atividade da agricultura e da pecuária. Esses três elementos que a ONU reúne no Brasil, é exatamente o nosso querido Estado do Mato Grosso”, conclui o ex-ministro.

## MERCADO INTERNACIONAL

# “O futuro de Mato Grosso está na Ásia”

## Da redação

A União Europeia tem avançado com um projeto de resolução que veda importação de produtos vindos de desmatamento a partir de dezembro de 2020. A norma foi aprovada em primeira votação no mês de abril e deve ir novamente ao plenário do Parlamento Europeu, para, só depois disso, ser encaminhada aos Estados-Membros, que definirão internamente sobre a aplicação da resolução.

O advogado Rafael Ferreira Filippin, especialista em solução de controvérsias ambientais e regulatórias, acredita que a resolução será cumprida de modo ‘razoavelmente’ uniforme pelos 27 países da Europa. Porém, ainda não

é possível firmar uma data na qual a legislação entrará em vigor, impondo restrições para produtos que venham de áreas de desmatamento, legal ou ilegal.

“A boa notícia é que há tempo para as empresas, cooperativas e entidades se prepararem para fazer a rastreabilidade. A União Europeia não será a única a exigir essa rastreabilidade. As notícias que vêm da China, em especial dos membros da delegação que a visitou recentemente, são no mesmo sentido”, afirma o especialista.

Apesar de parecer bem-intencionada, além de não citar nenhum país especificamente ou determinar que produtores se abstenham de desmatar, essa

legislação é vista como uma medida protecionista dos produtores europeus contra agricultores de países mais competitivos, como é caso do Brasil e de outros países da América do Sul e da África.

O ex-ministro da Defesa do Brasil, Aldo Rebelo, afirma que as decisões da Europa em relação ao meio ambiente são orientadas pelo protecionismo econômico. Ele lembra que a União Europeia usou sua forte posição diplomática nas “rodadas Uruguai do GATT”, que precederam a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), para fazer protecionismo comercial.

“O que orienta as decisões da União Europeia e do Parlamento Europeu

em relação ao meio ambiente é o protecionismo de uma agricultura frágil, mas de países fortes, com forte posição diplomática nos organismos internacionais”, afirma Aldo, que está em Mato Grosso para palestrar no 17º Circuito Aprosoja.

Rebelo aponta que se o restante do mundo fosse adotar a mesma norma que a União Europeia está fazendo, ninguém compraria mais nada da Europa. O continente europeu, segundo Aldo, tem uma das legislações ambientais mais permissivas do mundo, sendo também o território que mais desmatou.

“FUTURO ESTÁ NA ÁSIA” - Apesar das críticas, Aldo defende que o Brasil trate a União Europeia diplomaticamente.

Porém, ele avalia que é preciso fazer uma defesa da legislação ambiental brasileira, que é uma das mais restritivas do mundo.

Aldo aponta ainda que o mercado consumidor e produtor da Europa está cada vez mais em declínio e, por isso, as preocupações brasileiras devem se voltar para outra direção: a Ásia.

“O futuro do mercado brasileiro, de grãos e de proteínas, está na Ásia, porque é o continente que mais cresce, é o continente que mais consome e é o continente com a população mais significativa. Vai ser a China, a Indonésia, a Índia, entre outros países. É o futuro do mercado do Brasil e o futuro do mercado do Mato Grosso”, conclui.

## PESO NO BOLSO

# Cesta básica em Cuiabá segue acima de R\$ 760

Gilberto Leite

## Da redação

A queda de 18,3% no preço da batata contribuiu para o recuo de 1,23% no valor cobrado da cesta básica em Cuiabá. O mantimento considerado essencial para a subsistência de uma família com até quatro pessoas está custando, na segunda semana de maio, R\$ 769,97, contra os R\$ 779,55 registrado na semana anterior.

Os dados levantados pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT) revelam, ainda, que a cesta básica, neste ano, está 7,68% superior no comparativo com o mesmo período do ano passado, quando custava R\$ 699,96.

Ainda conforme análise do IPF-MT o va-

lor abaixo de R\$ 700,00 não é verificado desde outubro do ano passado, em razão da elevada variação de preços em determinados produtos. Como é o caso da banana, que mesmo apresentando queda semanal de 4,56% em seu valor, está 54,69% maior do que o verificado no mesmo período do ano passado.

O superintendente da Fecomércio-MT, Igor Cunha, destaca que “a queda nesta semana é positiva e está associada, principalmente, a batata, que contribuiu para uma redução de R\$ 9,59 no valor da cesta básica, e da banana, que também apresentou queda significativa de R\$ 4,63 no seu preço”.

Cunha também explica que a maior variação negativa da batata pode ter

relação com a sua demanda reduzida, diante de uma oferta aquecida em algumas regiões. “Além disso, podemos observar que o tubérculo está com o preço 31,74% menor do que o verificado no ano passado, o que evidencia como a guerra entre Rússia e Ucrânia afetou a cadeia produtiva”.

Já o café exibe um crescimento no preço médio de apenas 1,85% se comparado com a semana anterior, sendo cotado a R\$ 17,15/500g na média. A menor produção do café moído também é observada em outras regiões da América Latina, contribuindo em uma redução da oferta global. Ainda assim, o produto se mantém com valor 4,85% abaixo do averiguado no mesmo período do ano passado.



Batata e banana foram os itens que mais reduziram de preço na última semana, aliviando o custo da cesta básica